



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP  
DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE  
CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

Exmo. Senhor  
CÂMARA DE COMERCIO E INDUSTRIA LUSO ALEMÃ

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência  
S/OF/10246/2025/N-EFPO

Data  
17/02/2025

**ASSUNTO: AJUSTE DIRETO Nº PR2025323/294 – Convite para apresentação de proposta para a cedência de espaços para formação profissional e serviços conexos.**

A entidade adjudicante Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. – Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto, convida a apresentar proposta para cedência de espaços para formação profissional e serviços conexos, nos termos identificados no caderno de encargos em anexo.

O presente convite obedece ao disposto no artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, pelo que se informa:

**1. Identificação da entidade adjudicante**

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. – Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto

NIPC: 501442600

Rua Guedes de Azevedo, 212, 4049-008 Porto; Rua Peso da Régua, 4300-409 Porto e Rua Ciríaco Cardoso, 180, 4150-212 Porto.

Telefone: 220 989 331

Endereço eletrónico: [compras.dn-fpo@iefp.pt](mailto:compras.dn-fpo@iefp.pt)

Plataforma eletrónica: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)

**2. Órgão que tomou a decisão de contratar:**

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Sr. Diretor do Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto, nomeado em Regime de Substituição por Deliberação do Conselho Diretivo do IEFP, IP, [Deliberação I/DLB/226/2024/CD], de **14/02/2025**, exarado na **Proposta de Decisão de Contratar n.º 294/2025**, nos termos do disposto no artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual [adiante designado por CCP].

**3. Objeto do procedimento:**

O presente ajuste direto tem por objeto o convite a uma única entidade para apresentação de proposta para a cedência de espaços para formação profissional e serviços conexos, sendo adotado o procedimento por ajuste direto ao abrigo da regulamentação prevista nos artigos 112º e seguintes do CCP.

**4. Escolha do procedimento**

A escolha do presente procedimento por ajuste direto a uma entidade, teve por base o critério do valor, conforme o disposto na al. d) do n.º 1 do art.º 20º do CCP.



**5. Documentos da proposta (documentos de apresentação obrigatória sob pena de exclusão da proposta)**

- a) Declaração preenchida conforme modelo constante do **Anexo I** [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP];
- b) Proposta do concorrente elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo III**;
- c) Declaração preenchida conforme modelo constante do **Anexo IV**, para efeitos de comprovação da titularidade das instalações e da consequente possibilidade de cedência das mesmas;
- d) Declaração preenchida conforme modelo constante do **Anexo V** (Declaração de compromisso de honra);
- e) **Certidão Permanente do Registo Comercial** ou código de acesso online, onde conste a matrícula e todas as inscrições, nomeadamente a forma de obrigar ou, quando não aplicável, a Ata de Tomada de Posse dos atuais órgãos sociais da entidade + Estatutos da entidade atualizados, onde conste, nomeadamente a forma de obrigar a entidade.
- f) Os preços constantes da proposta deverão cumprir o disposto no art.º 60.º do CCP.
- g) Todos os documentos constituintes da Proposta deverão ser assinados digitalmente, conforme exigido no ponto 8.
- h) A proposta é redigida obrigatoriamente em língua portuguesa ou, não o sendo, deve ser acompanhada de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- i) A participação no presente procedimento obriga à apresentação de propostas com recurso à **plataforma eletrónica Acingov**.
- j) Na proposta o concorrente deve especificar todos os aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.

**6. Prazo e modo de apresentação da proposta**

- a) A proposta, bem como os documentos que a acompanham, deve ser apresentada até às **23H59** do dia **24/02/2025**, na plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)
- b) O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção de proposta e documentos que a acompanham, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que todo o processo só será permitido até à hora referida na alínea a) deste ponto.
- c) Não é admitida a adjudicação parcelar.
- d) As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.
- e) Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

**7. O prazo de obrigação de manutenção da proposta é de 66 dias a contar da data do termo do prazo fixado para apresentação das mesmas.**

**8. Assinatura eletrónica**

- a) Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP

DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE

CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

- b) Nos casos em que, no mesmo ficheiro em formato PDF sejam agrupados vários documentos autónomos, **cada um, individualmente**, deve ser assinado eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, com fundamento no n.º 4 do artigo 57.º do CCP e no n.º 5 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, e de acordo com a jurisprudência uniformizadora do Supremo Tribunal Administrativo emitida no acórdão n.º 12/2023, de 17 de novembro.
- c) Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança.
- d) Nos casos em que o certificado utilizado não relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura como sucede, por exemplo, com o Cartão de Cidadão, deverá ser apresentado um documento oficial indicando o poder de representação do signatário, que poderá ser a certidão de registo comercial ou uma procuração que confira os poderes necessários para os atos praticados ou a praticar.

## 9. Esclarecimentos

Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser enviados para o endereço eletrónico [www.acin.gov.pt](http://www.acin.gov.pt) até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## 10. Documentos de habilitação

- a) Os documentos de habilitação exigidos ao adjudicatário, nos termos do artigo 81º do CCP, deverão ser apresentados no prazo de **2 dias úteis**, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, nomeadamente:
  - i) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** deste ofício-convite e assinada [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP] e do qual faz parte integrante;
  - ii) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
  - iii) Comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo com indicação do respetivo código de acesso, para cumprimento do disposto no artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
  - iv) Fotocópia do cartão de pessoa coletiva.
- b) Os documentos de habilitação devem ser entregues na plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
- c) Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, salvo quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- d) Nos termos do n.º 2 do art.º 85.º do CCP, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 dias.
- e) Quando se verificar o previsto no n.º 2 do artigo 86.º do CCP, o Adjudicatário será notificado para, no prazo não superior a 5 (cinco) dias se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- f) Quando em resultado da audiência prévia referido na alínea anterior, se verificar o previsto n.º 3 do Artigo 86.º do CCP [facto não imputável ao adjudicatário], o órgão competente para a decisão de contratar poderá conceder ao adjudicatário um prazo adicional de 5 dias para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

## 11. Documentos para assinatura do contrato



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP  
DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE  
CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

No prazo de dois dias contados a partir da notificação de adjudicação, o adjudicatário obriga-se a entregar, através da plataforma eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), toda a documentação necessária à celebração do contrato, nomeadamente:

- a) Indicação do(s) representante(s) do Segundo Outorgante;
- b) Declaração de delegação de competências para representação do adjudicatário na outorga do contrato, caso se verifique essa necessidade.

## 12. Caução

Não é exigível a prestação de caução.

13. **Publicitação:** A celebração deste contrato será alvo de publicitação no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt), de acordo com o disposto no artigo 127º do CCP.

## 14. Prazos

Todos os prazos indicados no presente convite cumprem o disposto no artigo 470.º do CCP.

## 15. Apoio técnico referente à plataforma eletrónica

Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica poderão recorrer ao apoio técnico previsto para esse fim, através do endereço de email [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt) ou através do número de telefone 707 451 451.

## 16. Direito aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite a aplicar-se-á o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e subsidiariamente a demais legislação aplicável.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor do Centro,  
[João Mira Paulo]

## ANEXOS:

Anexo I – Modelo de Declaração [alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

Anexo II - Modelo de Declaração [alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

Anexo III - Modelo de Proposta

Anexo IV – Modelo de Declaração [relativa aos poderes legais para cedência das instalações]

Anexo V – Modelo de Declaração [Declaração de Compromisso de Honra Artº 113 do CCP]

Anexo VI - Caderno de Encargos



## ANEXO I

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (**nome, número de documento de identificação, data de validade e morada**), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento por **Ajuste Direto n.º PR2025323/294** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



**INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP**  
DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE  
CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

## **ANEXO II**

### **Modelo de declaração**

**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]**

1 - ... **[nome, número de documento de identificação, data de validade e morada]**, na qualidade de representante legal de (1)... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento por **Ajuste Direto n.º PR2025323/294**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... [local],... [data],... [assinatura (5)].

[1] Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

[2] No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

[3] Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

[4] No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

[5] Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP  
DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE  
CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

**ANEXO III**  
**Modelo de declaração**  
**[a que se refere a alínea b) do ponto 5 do convite]**

**PROPOSTA**

\_\_\_\_\_ (nome do representante legal), com documento de identificação número \_\_\_\_\_, válido até dd/mm/aaaa, residente em \_\_\_\_\_, na qualidade de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome da empresa), com identificação fiscal número \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ (morada da empresa), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Ajuste Direto n.º PR2025323/294 – cedência de espaços para formação profissional e serviços conexos**, obriga-se a prestar o referido serviço ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. em conformidade com os termos e condições definidas no caderno de encargos, nos termos seguintes:

N.º Horas	Preço/Hora	Preço Total S/IVA	Preço Total C/IVA

Consumíveis/Matérias-Primas (com IVA incluído)	0,00€
--	-------

Local/Morada (para a realização da(s) ação/ações de formação profissional)

Mais declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

...[local],... [data],... [assinatura]



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP  
DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE  
CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

**ANEXO IV**  
**Modelo de declaração**  
**[a que se refere a alínea c) do ponto 5 do convite]**

**Procedimento nº PR2025323/294 – Cedência de espaços para formação profissional e serviços conexos.**

.. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada, enquanto **proprietária/arrendatária (escolher a opção aplicável)**, tem poderes legais para cedência das instalações sitas em (morada da realização da(s) ação/ações de formação)

... (local),... (data),... [assinatura]





INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP  
DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE  
CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

**Anexo V**

**Modelo de declaração**

**[a que se refere a alínea d) do ponto 5 do convite]**

**Ajuste Direto n.º PR2025323/294**

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE HONRA**

**[deverá optar pelo modelo que se adequa à situação em concreto]**

\_\_\_\_\_[nome], em representação de \_\_\_\_\_[se pessoa coletiva, firma, número de identificação de pessoa coletiva e sede], declara, sob compromisso de honra, para efeitos de verificação das limitações constantes do n.ºs 2 e 6 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos, que a sua representada está especialmente relacionada, designadamente em razão da partilha de titulares de órgãos sociais ou sócios, ou em virtude de relação simples de participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo, **com os seguintes operadores económicos:**

- a) Nome da empresa, NIPC
- b) ...

Declara ainda ter pleno conhecimento de que a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina, além da caducidade da adjudicação (sendo aplicável o disposto nos n.os 3 e 4 do art. 86.º do CCP), a participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal (art. 87.º do CCP).

[local], [data], [assinatura]

**Ou:**

\_\_\_\_\_[nome], em representação de \_\_\_\_\_[se pessoa coletiva, firma, número de identificação de pessoa coletiva e sede], declara, sob compromisso de honra, para efeitos de verificação das limitações constantes do n.ºs 2 e 6 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos, que a sua representada não está especialmente relacionada, designadamente em razão da partilha de titulares de órgãos sociais ou sócios, ou em virtude de relação simples de participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo, **com nenhum outro operador económico.**

Declara ainda ter pleno conhecimento de que a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina, além da caducidade da adjudicação (sendo aplicável o disposto nos n.os 3 e 4 do art. 86.º do CCP), a participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal (art. 87.º do CCP).

[local], [data], [assinatura]